



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 155/2021
Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de acesso a cópias de dois processos SAP de 2018. Adequado atendimento da demanda. Cobrança permitida pela LAI. Provimento negado.

DECISÃO OGE/LAI nº 155/2021

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP, conforme consta do Protocolo em epígrafe, para acesso Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP.
2. Em resposta e recurso, a Pasta respondeu ao pedido, informando que, para acesso à cópia digitalizada do processo, seria necessário o ressarcimento ao erário, de acordo com as normativas vigentes no Estado de São Paulo. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado - OGE, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. Esta OGE solicitou complemento das informações à Secretaria. Cientificado, o requerente reiterou o pedido, apresentando a declaração de hipossuficiência financeira, de acordo com parágrafo único do art. 12 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que foi aceita pela Pasta, que enviou extemporaneamente as informações.
4. No caso em análise, verifica-se que o ente procedeu corretamente, informando a possibilidade de atendimento presencial e a fundamentando a legalidade da cobrança e, por fim, enviou as informações.
5. A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), em seu art. 12, preconiza que o serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados. Tal dispositivo legal foi repetido na regulamentação da LAI no Estado de São Paulo, nos termos do artigo 16 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
6. A Lei estadual nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013, no seu artigo 48 determina que é facultada aos órgãos administrativos a fixação de preços públicos relativos à prestação de serviços de apoio, não relacionados ao seu objetivo essencial. E estes preços são fixados

Classif. documental 006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado



pela Resolução SF 24, de 26/03/2014.

7. À vista do exposto, tendo o ente atendido adequadamente ao procedimento do pedido de informações, **conheço do recurso e nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e § 4º, c/c artigo 22 da citada Lei federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do aludido Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 07 de abril de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel
Ouvidor Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado